

PFL quer imposto menor

Um documento propondo a redução imediata do imposto de renda retido na fonte, entre outros itens, foi entregue ontem ao presidente da República, José Sarney, pela Executiva Nacional do Partido da Frente Liberal, com a assinatura do presidente do PFL, deputado Maurício Campos (MG). Os parlamentares pretendem corrigir as distorções geradas pelo Sistema de Bases Correntes que atingiram os assalariados e a classe média, especialmente.

Alegando ser insuportável o ônus que recaiu sobre os contribuintes, o PFL apresentou três propostas consideradas fundamentais pelo partido em defesa dos contribuintes do IR. A primeira solicita que o valor da restituição do Imposto sobre a renda relativo ao ano base de 1985 possa ser compensado pelo contribuinte que tem imposto a pagar e restituído de imediato a quem não o tiver. Em segundo lugar, que haja redução imediata do Imposto retido na fonte, mediante correção da tabela considerada a inflação ocorrida no período janeiro/março deste ano. E, finalmente, que a partir de abril haja correção da tabela sempre que a inflação toque o patamar de 20%.

As propostas foram elaboradas por uma Comissão integrada pelos deputados Jayme Santana, Mussa Demes, Manoel Castro e José Thomaz Nonô e endossadas pelo partido.

O senador Divaldo Suruagy, ex-governador de Alagoas, explicou que os grandes contribuintes têm condições de "escapar" do Imposto de Renda, enquanto os assalariados que tiveram os salários achatados não podem pagar o imposto cobrado.

A lei que instituiu o Sistema de Bases Correntes que substituiu o sistema anterior, aprovada pelo Congresso Nacional está, conforme frisou, gerando distorções que precisam ser corrigidas, o que compromete a sua finalidade social. Acredita ainda que o governo federal será sensível às colocações dos parlamentares do PFL.

Como argumento lembrou que a tabela progressiva do imposto sobre a renda relativa ao exercício de 1987 (ano-base 1986) foi corrigida em 110%, ao passo que a variação média da OTN de 1986 em relação à ORTN de 1985 foi de 130%. Desta forma, milhões de contribuintes vão recolher mais, bem como haverá um universo maior de contribuintes, onde coincidirá o elevado pagamento relativo ao ano-base de 1986 e a pesada retenção na fonte de 1987.

O senador do PFL se referiu ao documento acrescentando que "paradoxalmente, no período, muitos dos contribuintes são credores do Tesouro por força de devoluções retidas e parceladas por 4 anos".